

UMA LEITURA INTERSECCIONAL DA MIGRAÇÃO DE MULHERES VENEZUELANAS PARA O BRASIL E AS VIVÊNCIAS DE VIOLÊNCIAS DE GÊNERO

*Eixo Temático 33 – Sobre as Múltiplas Violências contra Mulheres e o
Feminicídio: Políticas Públicas de Prevenção e Enfrentamento*

Elis Moura Marques ¹
Tatiana Machiavelli Carmo Souza ²

RESUMO

O crescimento das migrações internacionais reacende um alerta sobre os processos de opressão e exclusão social vivenciados por alguns grupos sociais, como as mulheres. O presente trabalho tem como objetivo problematizar a ineficiência das políticas públicas de prevenção e enfrentamento a violência contra mulheres migrantes venezuelanas no Brasil a partir da perspectiva feminista interseccional. Para tanto, utilizou-se como método de pesquisa um levantamento bibliográfico e documental exploratório. O cenário migratório atual convoca a uma postura feminista interseccional de comprometimento ético e político, a fim romper com as estruturas sociais de opressão e exclusão, e logo com todo e qualquer ato de violência.

Palavras-chave: Feminismo; Interseccionalidades; Migração; Mulheres; Venezuela.

INTRODUÇÃO

A Venezuela vivencia uma grave e generalizada violação de direitos humanos, em virtude de uma crise econômica e política que culminou, até o final de 2021, no deslocamento de mais de 6 milhões de pessoas para fora do país. A entrada de mulheres nas fronteiras brasileiras vem crescendo de forma exponencial, segundo dados publicados em 2021 pelo Observatório das Migrações Internacionais - OBMigra.

¹ Psicóloga, Mestranda do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Triângulo Mineiro- UFTM, eliss_marques@hotmail.com;

² Psicóloga, Doutora em Serviço Social, Professora orientadora na Universidade Federal de Catalão e no Programa de Pós-graduação Psicologia da Universidade Federal do Triângulo Mineiro. tatimachiavelli@yahoo.com.br.

Apesar de as haitianas serem responsáveis pelo início do processo de feminização das migrações, foram as venezuelanas que avolumaram e concretizaram o aumento de mulheres que migraram para o Brasil. No entanto, diferentemente das haitianas, as venezuelanas tendem a realizar o processo migratório com maridos ou companheiros, ou na companhia de membros familiares (TONHATI e PEREDA, 2021). As autoras reafirmam ainda que nos últimos anos houve crescimento na migração de mulheres solteiras, o que abre espaço para novas percepções sobre o fenômeno migratório e a participação das mulheres nas dinâmicas e estratégias de mobilidade.

Tendo em vista os dados apresentados sobre o aumento da migração de mulheres para o Brasil e particularidades desses movimentos migratórios, salienta-se a importância dos estudos de gênero para a compreensão das dinâmicas migratórias e a incorporação de uma leitura interseccional sobre esse fenômeno, para que os impactos específicos do encontro entre categorias sociais não sejam escamoteados, como a violência contra mulheres migrantes. O presente trabalho tem como objetivo problematizar a ineficiência das políticas públicas de prevenção e enfrentamento a violência contra mulheres venezuelanas a partir da perspectiva feminista interseccional.

MÉTODO

Utilizou-se como método de pesquisa um levantamento bibliográfico e documental exploratório, sendo consultado os materiais produzidos pelas principais organizações humanitárias e agências da ONU que trabalham atualmente com a temática da migração.

REFERENCIAL TEÓRICO

A literatura das migrações internacionais já aponta a importância dos estudos de gênero para a compreensão das singularidades de dinâmicas migratórias. Nesse sentido, Peres e Baeninger (2013) afirmam que se faz necessário estudo mais aprofundado da migração de mulheres, de modo que essas experiências possam ser capturadas e analisadas através de metodologias específicas, proporcionando um novo olhar sobre o fenômeno, aprofundando os conhecimentos sobre as singularidades dessas dinâmicas migratórias. Boyd e Grieco (2003), por sua vez, destacam que o gênero está profundamente relacionado na determinação de quem migra, como será a movimentação e as repercussões para as mulheres migrantes e suas famílias. Sendo assim, as teorias das

migrações internacionais precisam integrar adequadamente as relações de gênero, tendo em vista fatores sutis e óbvios que se interseccionam e criam diferentes experiências durante o processo migratório.

Scott (1995), ao problematizar o gênero como uma categoria útil de análise histórica, conceitua-o em duas partes inter-relacionadas e analiticamente diferenciadas: gênero como elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos e, ainda, uma forma primária de dar significado às relações de poder. Esses conceitos normativos são expressos nas práticas educativas, nas concepções científicas, nas doutrinas religiosas, nos posicionamentos políticos, nas condutas jurídicas, as quais são atravessadas pela oposição binária fixa que determina de maneira categórica o significado de homem e mulher. Ainda segundo a autora, “O gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político tem sido concebido, legitimado e criticado. Ele não apenas faz referência ao significado da oposição homem/mulher; ele também o estabelece” (p. 92).

Partindo dessa compreensão e tendo em vista que o gênero é um dos eixos centrais que organiza a experiência no mundo social e que os impactos dessas relações estabelecidas não estão restritas às mulheres ressalta-se que incorporá-lo ao estudo de fluxos migratórios permite, para além de descrever as diferenças entre mulheres e homens, avançar na compreensão das experiências das mulheres em aspectos específicos como mercado de trabalho, relações familiares, vida social etc.

Como já defendido por Haraway (1995), reafirma-se a importância de uma leitura desse fenômeno alicerçada em uma epistemologia feminista, a fim de acessar a experiência dessas mulheres a partir de uma objetividade corporificada, parcial e localizada. Portanto, para a compreensão da experiência de mulheres que vivenciam processos migratórios, ressalta-se a importância de uma ferramenta que acesse o encontro das diversas formas de opressão experienciada por esse grupo. Nesse sentido, a migração de mulheres pode ser compreendida a partir de uma perspectiva interseccional, a fim de que os processos de opressão e exclusão social desse grupo não sejam escamoteados.

A interseccionalidade se propõe a compreender como as categorias sociais de classe, raça/etnia, gênero, orientação sexual, nacionalidade, etc. se encontram e produzem impactos nas relações sociais. Não se trata de hierarquizar marcadores sociais, mas de buscar compreender como os sistemas interagem e operam entre si. Nesse sentido, como descreve Collings e Bilge (2020) “A interseccionalidade investiga como as relações

sociais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana” (p. 16).

No que se refere a categorias sociais, Hirata (2010) afirma que “o gênero é um organizador chave da globalização neoliberal (p.5)” e, nesse sentido, convida a refletir que a categoria gênero precisa se fazer presente na leitura dos movimentos migratórios, juntamente com as dinâmicas de classe e de raça, a fim de identificar as diferenciadas formas de opressão, e traçar planos políticos com hierarquias de urgências. Para avançar na luta contra as múltiplas formas conjugadas de opressão, Hirata (2014) enfatiza que é preciso aprofundar os conhecimentos sobre as dinâmicas e interdependências das relações sociais, portanto, integrar as discussões sobre gênero às dinâmicas migratórias é possibilitar o conhecimento sobre as opressões que permeiam as experiências das mulheres venezuelanas no Brasil.

Telmo Romano e Pizzinato (2019) apontam que as categorias sociais de nacionalidade, gênero, etnia/raça, idade e situação socioeconômica constituem-se em “eixos de diferenciação que produzem determinadas exclusões/inclusões de diferentes gradientes, a partir de determinadas práticas hierarquizadas de intervenção social, sejam políticas, legais, sejam econômicas na materialidade dessa construção” (p. 200). Portanto, a categoria nacionalidade precisa ser considerada para uma leitura feminista interseccional de processos migratórios.

No que se refere a nacionalidade, Pozza (2016) destaca-se os impactos no processo de acolhimento das pessoas migrantes e refugiadas a partir do país de origem e de destino, existindo uma clara distinção entre pessoas que migram dos países do norte global, em relação as (os) migrantes do sul global, e que, inclusive, as últimas são relegadas (os) a exercer atividades laborais socialmente desprestigiadas independente da qualificação profissional. Sendo assim, não se pode prescindir de conhecer sobre as experiências concretas das mulheres subalternizadas do sul global.

DISCUSSÃO

Pesquisadoras (es) de diferentes áreas do conhecimento têm se debruçado em conhecer as vivências das mulheres venezuelanas no Brasil, identificando como o sistema de opressão social promove impactos específicos frente aos marcadores sociais, como a violência baseada em gênero, políticas públicas ineficazes, dificuldades de acesso ao

mercado de trabalho formal, dentre outros temas que tangenciam os desafios enfrentados e as vulnerabilidades adicionais que as intersecções impetram sobre suas vidas.

Apesar das políticas públicas de prevenção e enfrentamento a violência contra mulheres no Brasil, e das estratégias construídas de suporte a vítimas e sobreviventes, como a Casa da Mulher Brasileira, presente no estado de Roraima que concentra a maior quantidade de pessoas de nacionalidade venezuelana no país, os serviços carecem de condições adequadas tendo em vistas a singularidade desse grupo, como a contratação de profissionais que se comuniquem em espanhol, para que possam prover um acolhimento adequado sobretudo em um contexto sensível como casos de violência. Além disso, o enfrentamento da violência contra mulheres perpassa o acesso a condições dignas de existência, imprescindível para o rompimento de ciclos de violência.

Conforme dados coletados pelo Fundo de Populações das Nações Unidas, os riscos de sofrer violência no Brasil é maior para as mulheres venezuelanas comparado as brasileiras. Além disso, os motivos que levam as mulheres venezuelanas a buscar ajuda estão mais fortemente relacionados a ameaças, agressão física com ferimentos graves e risco de morte (UNFPA, 2020). Ainda, como já destacado no relatório produzido pela Human Rights Watch (2017), que revelou as principais violações de direitos ao qual são acometidas as mulheres venezuelanas no Brasil, destaca-se o envolvimento em atividades sexuais por sobrevivência, sobretudo quando se encontram em situação migratória irregular, intensificando os riscos de sofrerem violências.

Evidencia-se ainda as mulheres indígenas venezuelanas que enfrentam desafios adicionais para buscar assistência em caso de violência, e que necessitam de políticas públicas específicas para um acolhimento adequado que respeite a organização social e cultural de seu povo. A violência do deslocamento forçado e das condições de vida atuais dos povos originários de nacionalidade venezuelana no Brasil, como as/os Warao, Eñepa e Pemon, vem produzindo o adoecimento desses grupos, potencializando casos de violência contra mulheres. Como destacado em levantamento produzido pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados - ACNUR,

As mulheres relatam que a violência de gênero e a agressividade, bem como o uso problemático de álcool, não são comportamentos usuais entre os Warao, sendo pouco comuns na Venezuela, e dizem que eles estariam se acentuando no Brasil. Além disso, em algumas situações que envolvem o acolhimento institucional de mulheres vítimas de violência de gênero, permanece, entre os indígenas, o entendimento de que a mulher foi detida, como se ela estivesse

sendo punida pela agressão sofrida, em lugar do agressor, resultando na criminalização da vítima (ACNUR, 2021, p. 50).

O uso abusivo de bebidas alcoólicas também foi destacado no levantamento produzido pelo UNFPA como motivação de atos de violência contra mulheres venezuelanas não indígenas. Portanto, a partir dos dados relatados, reafirmar-se a necessidade de se avançar em políticas públicas que respondam adequadamente as demandas atuais da diversidade de mulheres que vivem no Brasil.

Ter um direito violado sendo uma pessoa migrante compreende vulnerabilidades específicas, como o receio em buscar assistência, motivado pelo medo de deportação em virtude de situações migratórias irregulares, as condições de sobrevivência em romper a relação com o/a agressor/a considerando o receio de expulsão das pessoas envolvidas no ato de abrigamentos temporários, a ausência da rede de suporte que pode se encontrar no país de origem, e ainda o acesso a recursos para a manutenção da família que já se encontra em uma situação de vida precária.

Diante do exposto, reafirma-se que o encontro de marcadores sociais construídos historicamente a partir de relações sociais desiguais localiza esse grupo social na interseção de um processo de exclusão social estrutural. Ser mulher, pobre, migrante ou refugiada, do sul global, impõe a elas uma realidade de opressão e inferiorização, e sobretudo, de subalternidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ascensão das migrações internacionais reacende um alerta sobre os processos de opressões vivenciados por algumas categorias sociais, que são intensificados quando se encontram com outros marcadores sociais, como gênero, raça/etnia, classe, nacionalidade etc. Esse cenário convoca a uma postura feminista interseccional de comprometimento ético e político, a fim romper com as estruturas sociais de opressão e exclusão. Adotar uma postura interseccional frente ao movimento migratório venezuelano para o Brasil, sobretudo considerando a experiência específica das mulheres, é assegurar que processos de opressão/dominação/exclusão não sejam escamoteados e, ainda, que os processos de resistência e emancipação sejam visibilizados. O processo de transformação social pressupõe a identificação dos eixos de subordinação, mas também a construção de ferramentas que promovam a emancipação social de grupos historicamente e estrategicamente invisibilizados e excluídos socialmente.

REFERÊNCIAS

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Os Warao no Brasil: Contribuições da antropologia para a proteção de indígenas refugiados e migrantes.** Brasília, 2021.

BOYD, M.; GRIECO, E. Women and Migration: Incorporating gender into international migration theory. **The online journal of the migration policy institute**, 2003.

COLLINGS, P. H. BILGE, S. **Interseccionalidade.** São Paulo: Boitempo, 2020.

FUNDO DE POPULAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS. **Violência de gênero, nacionalidade e raça/etnia em duas cidades de Roraima.** Brasília, 2020.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, v. 5, p. 07-41, 1995.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, v. 26, n.1, pp. 61-73, 2014.

HIRATA, H. Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho. **Revista Tecnologia e Sociedade**, v. 6, n. 11, p. 1-7, 2010.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Venezuela's Humanitarian Crisis Severe Medical and Food Shortages, Inadequate and Repressive Government Response.** 2017.

PERES, R. G.; BAENINGER, R. Migração Feminina: um debate teórico e metodológico no âmbito dos estudos de gênero. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 Anais Eletrônicos**, 2013.

POZZA, N. F. D. O racismo e a xenofobia no fenômeno migratório analisados pela égide do pensamento colonial e a (in)atividade do poder público frente a essas práticas. **Seminário Nacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea UNISC**, 2016.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

TELMO-ROMANO, A.Q. & PIZZINATO, A. Migração de mulheres para o Brasil: interseções de gênero, raça/etnia e classe. **Trabalho social**, v. 21, n. 2, p. 197-213, 2019.

TONHATI, T.; PEREDA, L. A feminização das migrações no Brasil: A inserção laboral das mulheres imigrantes (2011-2020). IN L. CAVALCANTI; T. OLIVEIRA & B. G. SILVA (Org.), **Relatório Anual 2021 – 2011-2020: Uma década de desafios para a imigração e o refúgio no Brasil** (pp. 155-183), 2021.